

Márcia Kalume



A delegação de Informação Tecnológica do Governo da África do Sul veio conhecer a solução brasileira em tecnologia da informação aplicada ao Legislativo. O grupo foi recebido por representantes do Interlegis, assistiu a um vídeo institucional e a uma palestra e participou de videoconferência com assembleias legislativas. **Página 3**

No Plenário, críticas à sugestão de Berzoini de extinguir Senado

A sugestão de extinguir o Senado, feita pelo presidente do PT, Ricardo Berzoini, em congresso do partido no fim de semana, foi repudiada ontem por diversos senadores em Plenário. Vice-presidente da Casa, Tião Viana disse que o Senado é “indispensável”. Marco Maciel observou que a idéia prejudica a estrutura federativa. Marcelo Crivella afirmou que não há perspectiva histórica na proposta, condenada também por Mário Couto. **Página 5**

Conselho de Ética deve votar relatório amanhã

Está prevista para amanhã, às 10h, a votação pelo Conselho de Ética do relatório de Marisa Serrano e Renato Casagrande que considera procedente a representação do PSOL contra Renan Calheiros. **Página 4**

Nova regra para estágio é prioridade

Projeto de lei que estabelece novas regras para estágio de alunos dos níveis médio, profissional e superior é o primeiro item da pauta do Plenário, que se reúne a partir das 14h. **Página 2**

Chance de aprofundar a integração regional

No primeiro grande debate promovido pelo Parlamento do Mercosul, em Montevideu, o senador Aloizio Mercadante pediu que sejam deixadas de lado as questões que dividem os integrantes do bloco e que se dê prioridade à construção de um projeto comum de desenvolvimento. Mesquita Júnior observou que a legitimidade do Mercosul só será plena quando a sociedade brasileira tiver maior conhecimento do processo de integração. **Páginas 6 e 7**

Leopoldo Silva



Orçamento do Parlamento do Mercosul para 2008 foi aprovado por unanimidade em Montevideu



Proposta do Executivo amplia participação das instituições de ensino e projeto de Osmar Dias define direitos e deveres

Plenário analisa novas regras para atuação de estagiários

Em vez de medidas provisórias, agora é um projeto de lei da Câmara (PLC 44/07) que, por tramitar em regime de urgência, tem preferência de votação sobre os demais e, com isso, interrompe o processo de votação no Senado a partir de hoje. A proposta é de iniciativa do Poder Executivo e atualiza as regras para concessão de estágio a estudantes dos ensinos superior, profissional e médio. Sua tramitação ocorre em conjunto com o PLS 473/03, do senador Osmar Dias (PDT-PR), que também estabelece a revisão das normas de estágio nesses três níveis de ensino, bem como na educação especial de jovens e adultos.

As duas proposições encabeçam a ordem do dia de hoje, cuja pauta conta com mais 32 itens, dos quais 16 projetos de decreto legislativo (PDLs) relativos a acordos internacionais.

Mão-de-obra barata

O principal objetivo do PLC 44/07 é permitir uma maior participação da instituição de ensino nos processos de planejamento e acompanhamento do estágio, com o fim de evitar o eventual uso dos estudantes como mão-de-obra barata. Ao regular o mesmo assunto, o PLS 473/03 também trata de definir direitos e deveres das empresas e dos estagiários, limites de carga horária e bolsa de estágio a partir de um salário

mínimo.

Seguro-desemprego

Ainda há outras matérias de cunho social em pauta, como o PLC 105/05, que garante o pagamento do seguro-desemprego ao empregado doméstico sem a exigência de sua inscrição no Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS). A outra é uma proposta de emenda à Constituição (PEC 5/07), de iniciativa do senador Antonio Carlos Magalhães, que faleceu em julho passado, criando o Fundo de Combate à Violência e Apoio às Vítimas da Criminalidade.

A PEC 5/07 foi alterada por emenda do relator, senador Demostenes Torres (DEM-GO), na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), que resolveu manter, entretanto, a vigência do fundo até 2020. Uma das modificações foi feita na estrutura de sua receita básica, determinando, assim, que 75% de sua arrecadação virão da apropriação, pela União, de produtos e bens vinculados aos crimes de contrabando de armas e munições, lavagem de dinheiro, tráfico de drogas e 2,5% dos recursos obtidos com a Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins).

Também aguarda votação outra matéria de autoria de Antonio Carlos Magalhães: a PEC 48/03, que regula a aplicação de recursos destinados à irrigação.

Agenda

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço www.senado.gov.br/agencia/agenda.aspx

Plenário homenageia Rede Amazônica de Televisão

O Plenário realiza, às 10h, sessão solene em homenagem à Rede Amazônica de Televisão, pelos 35 anos de atuação. Às 14h, os senadores analisam pauta de 32 itens, trancada por dois projetos de lei. O primeiro é de iniciativa do Poder Executivo e atualiza as regras para

concessão de estágio a estudantes dos ensinos superior, profissional e médio. A segunda proposição em pauta também estabelece a revisão das normas de estágio nesses três níveis de ensino, bem como na educação especial e de jovens e adultos.

Reunião de instalação da CPI das ONGs

Hoje, após a ordem do dia, haverá reunião de instalação da Comissão Parlamentar de Inquérito das ONGs, que tem o objetivo de

apurar em 120 dias a liberação, pelo governo federal, de recursos públicos para organizações não-governamentais e para organizações

da sociedade civil de interesse público (Oscips). Deverão ser eleitos o presidente e o vice-presidente da comissão.



Projetos sobre isenção da cobrança do IPI

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) examina, às 10h, três projetos que tratam da isenção da cobrança do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) sobre veículos e equipamentos utilizados por defi-

cientes auditivos, forças policiais e indústria automobilística. Ainda em pauta, projeto que inclui nascituros (criança que ainda está no ventre) no rol de dependentes para dedução no Imposto de Renda Pessoa Física.

Ensino de Libras pode tornar-se obrigatório

A partir das 11h, a Comissão de Educação (CE) reúne-se para debater pauta com 15 itens. Entre eles, o projeto que torna obrigatório o ensino da Língua Brasileira de Sinais (Libras) na educação infantil e

fundamental. Também será analisado o projeto que modifica a Lei de Diretrizes e Bases da Educação, determinando a participação da União no financiamento de instituições de ensino superior.

Política Nacional de Combate à Desertificação

A Comissão de Meio Ambiente (CMA) tem reunião marcada às 11h30 e deve analisar requerimento que solicita auditoria ao Tribunal de Contas da União na Diretoria de Proteção Ambiental (Dipro), do Instituto Brasileiro do Meio

Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), para apurar denúncia de irregularidades nos Projetos PNUD BRA-01/03 e BRA-01/031. Também em pauta, projeto que institui a política nacional de combate à desertificação.



CRE examina indicação para Abin

A Comissão de Relações Exteriores (CRE) realiza reunião extraordinária, às 10h30, para examinar a indicação de Paulo Fernando da Costa Lacerda para diretor-geral da Agência Brasileira de Inteligência (Abin). Também em pauta projeto sobre assistência jurídica em matéria penal entre Brasil e Suriname.

Servidores da Infraero depõem na CPI

Às 11h, a Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) do Apagão Aéreo ouvirá três servidores da Empresa Brasileira de Infra-Estrutura Aeroportuária (Infraero) acusados de fraudar processo de aquisição de um software de gerenciamento de publicidade em 65 aeroportos administrados pela estatal.

JORNAL DO SENADO

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Renan Calheiros

1º Vice-Presidente: Tião Viana

2º Vice-Presidente: Alvaro Dias

1º Secretário: Efraim Morais

2º Secretário: Gerson Camata

3º Secretário: César Borges

4º Secretário: Magno Malta

Suplentes de Secretário: Papaléo Paes, Antônio Carlos Valadares, João Claudino e Flexa Ribeiro

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia

Secretária-Geral da Mesa: Claudia Lyra

COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretor da Secretaria Especial de Comunicação Social: Weiller Diniz

Diretor de Jornalismo da Secretaria Especial de Comunicação Social: Helival Rios

Diretor do Jornal do Senado: Eduardo Leão (61) 3311-3333

Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, Iara Altafin, Janaína Araújo, José do Carmo Andrade e Juliana Steck

Diagramação: Henrique Eduardo Lima de Araújo e

Iracema F. da Silva

Revisão: Eny Junia Carvalho, Lindolfo do Amaral Almeida e Miquéas D. de Moraes

Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo e Humberto Sousa Lima

Arte: Cirilo Quartim e Leif Bessa

Arquivo fotográfico: Elida Costa (61) 3311-3332

Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso Alves (61) 3311-3333

AGÊNCIA SENADO

Diretora: Valéria Ribeiro (61) 3311-3327

Chefia de reportagem: Denise Costa, Davi Emerich e Moisés de Oliveira (61) 3311-1670

Edição: Rafael Faria e Rita Nardelli (61) 3311-1151

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte. Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações

Site: www.senado.gov.br - *E-mail:* jornal@senado.gov.br

Tel.: 0800 61-2211 - Fax: (61) 3311-3137

Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília - DF. CEP 70165-920

PRESIDÊNCIA DA SESSÃO

A sessão de ontem do Senado Federal foi presidida pelos senadores Alvaro Dias, Magno Malta e Mão Santa

Márcio Kalume



Além de assistir a palestra, os visitantes conheceram experiências de alguns estados

Delegação do governo sul-africano conhece a experiência do Interlegis

Representantes do Interlegis – comunidade virtual do Legislativo brasileiro – receberam ontem a delegação de Informação Tecnológica do Governo da África do Sul para mostrar a solução brasileira em tecnologia da informação aplicada ao Legislativo. Estiveram presentes o diretor do Interlegis, Márcio Sampaio, e o diretor da Subsecretaria de Formação e Atendimento à Comunidade, James Carvalho.

O objetivo da visita, de acordo com Djalma Petit, oficial internacional da sociedade Softex, que trouxe a delegação ao Interlegis, era mostrar o ambiente tecnoló-

gico do Brasil. Assim, explicou, poderão surgir parcerias entre os dois países, que resultariam em encomendas de tecnologia brasileira.

A delegação de Informação Tecnológica do Governo da África do Sul assistiu a um vídeo institucional sobre o Interlegis e a uma palestra com o primeiro diretor do programa, Armando Nascimento, que hoje é assessor da diretoria. Os sul-africanos também participaram de uma demonstração de videoconferência com as assembleias legislativas dos estados de Minas Gerais e Mato Grosso.

Moreira Matiz



Demostenes destaca valor histórico e arquitetônico da propriedade rural

Demostenes quer Fazendinha JK como museu

O senador Demostenes Torres (DEM-GO) pediu ontem aos governos federal, do Distrito Federal e de Goiás pressa na aquisição da Fazendinha JK para sua transformação em museu. O imóvel, posto a venda pelos atuais proprietários, está localizado na cidade goiana de Luziânia e contém dezenas de objetos que pertenceram ao ex-presidente Juscelino Kubitschek

de Oliveira.

Demostenes disse, em seu discurso, existir intenção tanto do governador do Distrito Federal, José Roberto Arruda, quanto do governador de Goiás, Alcides Rodrigues, de adquirir o imóvel e abri-lo à visitação. Com relação ao governo federal, ele informou ainda que a União, por meio do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, já finalizou estudo no sentido de colocar a Fazendinha JK como patrimônio dos brasileiros.

– Além do valor histórico do ponto de vista político, a Fazendinha JK é uma jóia da arquitetura, com sua sede e sua capela desenhadas pelo arquiteto Oscar Niemeyer, que agora comemora seu centenário vivendo para testemunhar a grandeza de seu amigo Juscelino – observou o senador por Goiás.

Em apartes, os senadores Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN) e Mão Santa (PMDB-PI) manifestaram seu apoio ao pronunciamento de Demostenes.

Colegiado terá 120 dias para investigar denúncias de liberação irregular de verbas públicas e recursos enviados do exterior para organizações não-governamentais

CPI das ONGs deve iniciar trabalhos hoje e escolher presidente e vice

Depois de duas tentativas frustradas de instalação dos trabalhos, a comissão parlamentar de inquérito (CPI) destinada a apurar irregularidades em organizações não-governamentais (ONGs) deverá realizar hoje sua primeira reunião, após a ordem do dia. Na ocasião, devem ser escolhidos o presidente e o vice-presidente do colegiado.

De acordo com seu requerimento de criação, a CPI das ONGs investigará, no prazo de 120 dias, denúncias de irregularidades na liberação de recursos públicos para ONGs e organizações de sociedade civil de interesse público (Oscips), bem como a utilização, por essas entidades, desses e de outros recursos por elas recebidos do exterior, de 1999 a 2007.

Na última tentativa de instalação, ocorrida no dia 22 de agosto,



Heráclito quer investigar ONG que obtém recurso devido a ligação com governantes

Eduardo Suplicy (PT-SP), designado presidente por ser o membro mais idoso, foi o único a comparecer à reunião. Suplicy atribuiu a falta de quórum à ausência de um consenso para a escolha dos dirigentes do colegiado.

As denúncias que deram origem à CPI das ONGs surgiram

em setembro de 2006. No entanto, Heráclito Fortes (DEM-PI), autor do requerimento de criação, preferiu adiar a instalação para depois das eleições de outubro. À época, Heráclito explicou que a CPI teria a missão de separar as ONGs que auxiliam o governo na prestação de serviços à população daquelas que se utilizam de prestígio junto a governantes para ter acesso a recursos “que ninguém sabe como são aplicados”.

Em dezembro, envolvidos com a CPI dos Sanguessugas, os parlamentares concluíram que não seria possível iniciar outra investigação, e optaram por transferir a CPI das ONGs para a atual legislatura. Em março último, o requerimento de instalação do colegiado foi lido em Plenário, mas novo acordo adiou o início dos trabalhos para este semestre.

Malta aposta em escolas técnicas para jovens do Espírito Santo

Magno Malta (PR-ES) afirmou ontem que os jovens do Espírito Santo deveriam se voltar para cursos técnicos na área de petróleo e gás, ao invés de buscar cursos universitários. Ele justificou o conselho assinalando que está ocorrendo um *boom* nesse setor e que um forte crescimento econômico está sendo aguardado nos próximos cinco anos.

– Se o Ibama deixar – frisou.

O senador informou que o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente interditou 150 quilômetros do litoral sul do Espírito Santo e que parlamentares e o governo

estadual estão debatendo uma alternativa com a ministra do Meio Ambiente, Marina Silva. De acordo com o parlamentar, os *royalties* do petróleo e do gás natural poderão “salvar a vida dos municípios capixabas”.

– Os burocratas do Ibama fazem doutorado em Harvard e voltam cheios de idéias. Se elas dão certo, eles são gênios. Se dão errado, o povo não cooperou – criticou.

Paulo Paim (PT-RS) elogiou Malta por defender os cursos técnicos. Também Romeu Tuma (DEM-SP) apoiou o senador pelo Espírito Santo.

Moreira Matiz

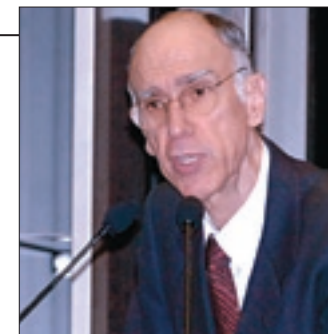


Malta critica Ibama por interditar área voltada à exploração de gás e petróleo

Magno Malta defendeu ainda a utilização da Força Tarefa, criada pelo governo federal, no patrulhamento das fronteiras. Ele sugeriu que estados do Norte, Sudeste e Centro Oeste compartilhem um orçamento de fronteira para financiar o efetivo.

Maciel comemora abertura de filial da Bovespa no Recife

A inauguração de um escritório regional da Bolsa de Valores de São Paulo (Bovespa) em Recife foi saudada no Plenário pelo senador Marco Maciel (DEM-PE). Segundo ele, a nova unidade, que atenderá também o estado da Paraíba, deverá promover uma “verdadeira revolução no mercado mobiliário nordestino”, possibilitando um



Para Maciel, a iniciativa revolucionará o mercado mobiliário do Nordeste

desenvolvimento mais rápido da região.

– Se queremos propiciar nosso processo de desenvolvimento, precisamos criar condições para

Geraldo Magela

que instituições como a Bolsa de Valores possam contribuir com a captação de recursos investidos em ações – disse.

Maciel parabenizou o presidente da Bovespa, Raymundo Migliano Filho, pela sua preocupação em expandir as atividades da instituição. O senador destacou ainda o importante papel desempenhado por Migliano, junto ao Congresso, na aprovação de proposta de emenda à Constituição que isentou os investimentos da Bolsa de Valores da cobrança da CPMF.



Suplicy é autor de projeto que estabelece limite para decisão em foro especial

CCJ examina prazo para julgamento de parlamentares

A pauta da reunião de amanhã da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) tem 16 itens, entre eles o projeto que estabelece prazo de 180 dias para que o Supremo Tribunal Federal (STF) e o Superior Tribunal de Justiça (STJ) julguem ações para a apuração de infrações penais comuns e de crimes de responsabilidade de pessoas que têm a prerrogativa de foro especial nesses tribunais – como a acatada na semana passada pelo STF contra os 40 acusados da prática do mensalão.

Têm direito a fórum especial, entre outros, o presidente e o vice-presidente da República, membros do Congresso Nacional, ministros de Estado, governadores dos estados e do Distrito Federal e magistrados de alguns órgãos jurisdicionais colegiados.

O prazo será contado a partir da conclusão da instrução do processo. Passados os 180 dias, a pauta do respectivo tribunal ficará trancada até a deliberação sobre a ação, determina a proposta do senador Eduardo Suplicy (PT-SP). A matéria (PLS 281/07) – que tem decisão terminativa na CCJ – obteve voto favorável do relator, Jefferson Péres (PDT-AM).

Outra proposta com decisão terminativa na comissão é o projeto que determina a estadualização das provas de concursos públicos para cargos federais. A proposição (PLS 509/03), de autoria do senador Mão Santa (PMDB-PI), conta com parecer favorável de Edison Lobão (DEM-MA).

Dentre outras propostas, também está na pauta, em caráter terminativo, o PLS 207/07, que permite o estabelecimento de convênios, pela União, com os estados, visando à prevenção e à repressão do tráfico e do uso de drogas; e com os municípios, para prevenir seu uso indevido e possibilitar a atenção e reinserção social dos usuários e dependentes de drogas. O projeto, de Sérgio Zambiasi (PTB-RS), tem voto favorável de Romeu Tuma (DEM-SP).

Marcelo Crivella rejeita observação de ministro sobre caso Renan, enquanto Tião Viana defende desfecho rápido

Conselho de Ética vota relatório amanhã

Está marcada para as 10h de amanhã a votação, no Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, do relatório dos senadores Renato Casagrande (PSB-ES) e Marisa Serrano (PSDB-MS) que considera procedente representação do PSOL contra o presidente do Senado, Renan Calheiros, e sugere a perda de mandato do senador por meio de projeto de resolução, conforme prevê o Código de Ética e Decoro Parlamentar. Caso o relatório seja rejeitado, será colocado em votação o texto elaborado pelo senador Almeida Lima (PMDB-SE), que defende a inocência de Renan e o conseqüente arquivamento do processo.

A representação contra Renan foi protocolada pelo PSOL com base em denúncias publicadas em maio pela revista *Veja*. Segundo a revista, o senador teria tido parte de suas contas particulares pagas por Cláudio Gontijo, funcionário da construtora Mendes Júnior. De acordo com o periódico, o funcionário seria o responsável pelo pagamento de pensão alimentícia à filha de três anos que Renan tem com a jornalista Mônica Veloso.

“O próprio presidente quer um desfecho rápido do processo”

O vice-presidente do Senado, Tião Viana (PT-AC), pediu que o Conselho de Ética e Decoro Parlamentar evite atrasar uma decisão sobre o processo contra Renan Calheiros, de forma a diminuir o desgaste que o Senado vem sofrendo.

– Não pode haver mais protelação. O próprio presidente Renan quer um desfecho rápido – afirmou Tião Viana, referindo-se à possibilidade de recursos contra a votação aberta ao STF e ao próprio conselho.

Recurso

Tião Viana concedeu entrevista coletiva logo depois de Wellington Salgado (PMDB-MG) anunciar que poderia requerer ao conselho a suspensão do julgamento do relatório até que a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) decidisse se o voto aberto, aprovado pela maioria dos membros daquele colegiado na reunião da última quarta-feira, fere ou não a Constituição.

– O voto aberto é inconstitucional, e só a CCJ pode se pronunciar sobre isso dentro do Senado. Para



Relatório de Marisa Serrano e Casagrande (D) diverge do voto de Almeida Lima (2º à esq.)

Os relatórios que serão colocados em votação amanhã foram lidos e deveriam ter sido votados na reunião da última quinta-feira. O presidente do conselho, Leomar Quintanilha (PMDB-TO), no entanto, concedeu vista coletiva dos documentos até amanhã para que os demais senadores que integram o colegiado pudessem ler os textos e fazer as observações que considerassem pertinentes.

Também ficou acertado na última reunião do conselho que a votação do relatório será aberta. Ao citar o artigo 55 da Constituição, que prevê voto secreto e maioria absoluta de senadores para votação de perda de mandato

por quebra de decoro parlamentar, Quintanilha determinou que o voto fosse fechado. A decisão, porém, foi derrubada, por dez votos a cinco, pelos membros do colegiado, que acolheram recurso impetrado por Arthur Virgílio (PSDB-AM). O senador convenceu os colegas de que esse dispositivo constitucional só se aplicava às apreciações de perda de mandato no Plenário da Casa.

Alguns parlamentares favoráveis à votação fechada levantaram a possibilidade de questionar a decisão por meio de um mandado de segurança no Supremo Tribunal Federal (STF).

Schincariol

Hoje, encerra-se o prazo para que Renan Calheiros apresente defesa escrita e provas ao Conselho de Ética a respeito de um outro processo a que responde por quebra de decoro parlamentar sob a acusação de ter utilizado seu mandato para beneficiar a cervejaria Schincariol.

Assim como no primeiro processo, a representação para que o Conselho de Ética investigue o senador foi protocolada pelo PSOL, também com base em matérias publicadas pela revista *Veja*. Segundo o periódico, Renan teria utilizado prestígio político para beneficiar a Schincariol na quitação de dívidas junto ao INSS e à Receita Federal depois de a cervejaria ter pago R\$ 27 milhões por uma fábrica de refrigerantes de seu irmão, o deputado Olavo Calheiros (PMDB-AL), que, de acordo com a revista, não valia mais que R\$ 10 milhões.

Ainda não foi escolhido o relator para o terceiro processo, baseado em denúncia de que Renan teria adquirido, por intermédio de “laranjas”, duas emissoras de rádio e um jornal em Alagoas.



Crivella: não há posição unânime entre senadores nem entre partidos

Crivella rechaça cobrança de Nelson Jobim

Marcelo Crivella (PRB-RJ) rechaçou qualquer cobrança no sentido de que o Senado apresse o julgamento do senador Renan Calheiros. Ele se referia a declaração do ministro da Defesa, Nelson Jobim, de que o Senado precisa encerrar logo o caso.

– Eu não sei se entre as prerrogativas do ministro da Defesa está a interferência em outro Poder, no caso, o Legislativo. A Casa não pode ser cobrada a tomar decisões açodadas por um ministro de governo que pretende interferir

em assuntos que não lhe dizem absolutamente qualquer respeito – afirmou.

Crivella ressaltou que o processo envolvendo Renan Calheiros é tão complexo que até dividiu os relatores indicados para o caso. Ele lembrou que a própria perícia feita pela Polícia Federal é inconclusiva em determinados aspectos. O senador disse que, com exceção da mídia, que acompanha o desenrolar dos acontecimentos a distância, não existe uma posição unânime nem entre os senadores, nem entre os partidos políticos.

O senador afirmou que Jobim confessou ter alterado um artigo da Constituição de 1988 depois que sua redação final foi aprovada pelos constituintes. Uma declaração de Jobim durante lançamento do livro *Direito à Memória e à Verdade – Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos* também foi criticada por Crivella. Na ocasião, o ministro da Defesa disse ao presidente Lula que nenhum militar reagiria ao lançamento do livro e que, se algum o fizesse, teria resposta.



Tuma defende apoio do governo federal à recuperação das Forças Armadas

Tuma lembra Dia do Soldado e ressalta atuação do Exército

Romeu Tuma (DEM-SP) lembrou a passagem do Dia do Soldado, comemorado em 25 de agosto, exaltando a trajetória do patrono do Exército, Duque de Caxias, e cobrando tratamento digno e mais recursos financeiros para essa Arma. Na opinião do senador, é necessário o governo federal ajudar as Forças Armadas a se recuperarem e terem meios de continuar a sua missão.

– O Exército agasalha jovens com pouca capacidade de serem absorvidos no mercado de trabalho e ministra cursos que podem servir para o seu futuro – observou.

As palavras de Tuma foram endossadas, em apartes, pelos senadores Magno Malta (PR-ES) e Mão Santa (PMDB-PI). Para Malta, ampliar o orçamento do Exército dará à instituição condições de acolher mais jovens carentes e, assim, contribuir para o combate à violência.

Tuma registrou ainda a posse do diretor-geral da Polícia Federal, Luiz Fernando Corrêa.

Senado participa da 26ª Feira do Livro de Brasília

O Senado participa da 26ª Feira do Livro de Brasília, que está sendo realizada no Pátio Brasil Shopping até domingo. De acordo com o diretor-geral do Senado, Agaciél da Silva Maia, o objetivo da Casa, ao participar pela primeira vez do evento, é ampliar a divulgação dos livros publicados pelo setor de Edições Técnicas em diversas áreas, como História, Sociologia e Direito.

– Vimos uma maior necessidade de divulgação de nossas publicações, pois a demanda tem aumentado muito com os concursos públicos – afirmou.

Segundo Agaciél Maia, um dos grandes diferenciais das obras, além do conteúdo e da raridade, reside no preço baixo, acessível a toda a população.

Para o senador, aceitar a proposição feita pelo presidente do PT em congresso do partido seria compactuar com desigualdades

Viana repudia proposta de extinção do Senado

A proposta de extinção do Senado Federal, feita pelo presidente do Partido dos Trabalhadores, Ricardo Berzoini, no congresso do partido ocorrido no último fim de semana, foi repudiada pelo senador Tião Viana (PT-AC), que lembrou a missão primordial da instituição como garantidora da igualdade entre entes desiguais.

Viana declarou que imaginar o fim do Senado seria permitir que algumas unidades da Federação possam jogar todo o peso de seu poderio para o atendimento dos seus pleitos, “como um rolo compressor”, sobre as regiões mais carentes e indefesas. Para o senador, aceitar essa possibilidade é compactuar com o retrocesso, é admitir a perpetuação da



Fotos: Geraldo Miegala

Papel do Senado na busca do equilíbrio regional é ressaltado por Tião Viana

desigualdade e submeter-se ao Estado unitário.

– Contra tudo isso, digo não! Preservar o Senado é defender a essência do que somos como na-

ção, irmanados no projeto maior de construção da pátria com que sonhamos. Uma pátria que seja de todos e que possa contar com uma instituição respeitada, poderosa e legitimamente constituída – o Senado –, cuja vocação é a de promover o equilíbrio regional, condição primeira para o equilíbrio social. Este Senado é indispensável. É insubstituível – destacou.

Em aparte, o senador Marco Maciel (DEM-PE) opinou que extinguir o Senado seria o mesmo que desvertebrar toda a estrutura federativa. Citando um ex-presidente norte-americano, Maciel assinalou que não foi a União que criou os estados, mas exatamente o contrário. Para Mar-

celo Crivella (PRB-RJ), não há perspectiva histórica na proposta do presidente do PT. No mesmo sentido, Mário Couto (PSDB-PA) afirmou que o pronunciamento de Tião Viana trazia tranquilidade por demonstrar que a proposta de Berzoini não é uma proposta do Partido dos Trabalhadores.

Ao final do seu pronunciamento, o senador acreano manifestou sua “absoluta reprovação” à proposta de legalização do aborto, aprovada no congresso do PT. Reafirmando sua formação cristã, Tião Viana defendeu a adoção de uma política de prevenção para acabar com a gravidez indesejada. Para ele, a questão do aborto precisa de um debate mais amadurecido.

Papaléo destaca realizações do PSDB nos estados

O senador Papaléo Paes (PSDB-AP) fez ontem um balanço sobre o Seminário de Gestão Pública, promovido em agosto pelo Instituto Teotônio Vilela, ligado ao PSDB, no qual foram feitas críticas ao governo Lula e destacadas experiências bem-sucedidas em estados administrados por tucanos.

Na avaliação do PSDB, o anúncio do Plano de Aceleração do Crescimento (PAC) como impulso à retomada do crescimento econômico do país não passou de uma panacéia.

– Realização, pelo visto, não é mesmo o forte do governo petista – observou Papaléo, que também duvidou da solidez da economia nacional e de sua imunidade à

recente crise econômica motivada por problemas no mercado imobiliário norte-americano.

Em relação às administrações tucanas, o parlamentar destacou elogios feitos ao governador Aécio Neves, de Minas Gerais, pelo chefe do Programa Global da Organização das Nações Unidas contra a Corrupção, Stuart Gilman. Segundo Papaléo, Minas Gerais é o único estado brasileiro a manter um cadastro atualizado de fornecedores impedidos de contratar com o setor público.

Avaliações positivas também foram ressaltadas por Papaléo Paes em relação ao governo de São Paulo, gerido pelo tucano José Serra. Como exemplo, citou a redução quase à metade

no índice de mortalidade infantil apurado entre 1995 e 2006, que passou de 24,58 para 13 mortes por cada mil nascidos vivos. Além de ações de atenção à gestante, o parlamentar creditou o resultado a obras de saneamento em áreas mais carentes do estado.

Repúdio

Papaléo Paes também classificou como “imoral, indecente e ditatorial” a proposta de extinção do Senado feita pelo presidente nacional do PT, Ricardo Berzoini, durante o 3º Congresso Nacional do PT. Na sua opinião, essa declaração evidencia um descontentamento do Executivo com a resistência da Casa em votar medidas provisórias editadas pelo governo do presidente Luiz



Papaléo elogia administrações tucanas nos governos de São Paulo e Minas Gerais

Inácio Lula da Silva.

Em aparte, Mão Santa (PMDB-PI) afirmou que esse é o melhor Senado dos últimos 180 anos. Para o senador Mário Couto (PSDB-PA), está claro que o presidente do PT é um ditador e tem a intenção de extinguir o Congresso Nacional.

Alvaro critica Lula por apoiar petistas acusados no STF

Em discurso feito ontem no Plenário, o senador Alvaro Dias (PSDB-PR) afirmou que o presidente Luiz Inácio Lula da Silva, ao pedir no congresso do PT solidariedade aos petistas acusados no Supremo Tribunal Federal, também “deseja solidariedade à corrupção”.

– O que o Supremo julga neste momento é a corrupção. O que se trava lá é uma batalha da Justiça contra a impunidade e a corrupção. Obviamente, ao pedir solidariedade, o presidente senta-se no banco dos réus porque, de forma direta ou indireta, o que o Supremo julga é o governo Lula – assinalou.

O senador considerou “difí-

cil de aceitar” a declaração do presidente Lula, feita no mesmo congresso, de que “ninguém tem mais autoridade ética e moral” que o PT, num momento em que o STF julga petistas por corrupção. Antes, o presidente dizia que o PT era um partido superior, e agora “pelo menos admite que o PT é igual aos outros partidos”.

Orçamento

Alvaro Dias fez críticas ao projeto do Orçamento para 2008 enviado pelo Executivo ao Congresso Nacional na sexta-feira, por prever aumento de gastos com a máquina pública bem acima do crescimento da economia nacional. A proposta prevê que a economia crescerá 5% em 2008,

enquanto as despesas obrigatórias vão aumentar 9,7%.

Para o parlamentar, “este governo só pensa em arrecadar, só apresenta programa para engordar o Estado, com aparelhamento político”. Por não existir “nenhum mecanismo inteligente” de contenção das despesas, o senador pediu que o Congresso não aprove a prorrogação da Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF).

Alvaro criticou as oposições por não reagirem ao “discurso da mentira” do governo Lula, lembrando que as políticas do governo Fernando Henrique Cardoso foram adotadas pelos petistas, os quais tentam passar



Alvaro também condena novos gastos previstos na proposta orçamentária

à opinião pública que se trata de projetos do atual governo.

Em aparte, Mão Santa (PMDB-PI) opinou que a política do governo Lula “é a de repetir mentiras” até que as pessoas fiquem confusas e passem a acreditar “que a mentira é verdadeira”.

Cada um dos quatro integrantes do bloco vai ceder US\$ 250 mil para funcionamento do órgão. Venezuela, se aprovada, irá contribuir com o mesmo valor



Leopoldo Silva

Delegação Brasileira no Parlamento do Mercosul, durante café da manhã com o embaixador Regis Arslanian (E): Geraldo Mesquita Júnior, José Roberto de Brito, Sérgio Zambiasi, Pedro Simon e Efraim Morais (sentados)

Rejeitados debates sobre liberdade de imprensa e papeleras

Antes de iniciar a discussão sobre a integração regional, o Parlamento do Mercosul rejeitou duas sugestões de temas para o debate político: a situação da liberdade de imprensa na Venezuela e a disputa política entre Uruguai e Argentina a respeito da instalação, no Uruguai, de duas usinas de produção de celulose – que ficou conhecida como a crise das *papeleras*.

Dos 60 parlamentares presentes à sessão, apenas 20 foram favoráveis à inclusão, na pauta de debates do órgão, da situação da liberdade de imprensa na Venezuela. A proposta havia sido feita pelo deputado uruguaio Pablo Iturralde.

Celulose

Em seguida, outro deputado uruguaio, Germán Cardoso, propôs que entrasse em pauta a discussão das seguidas interrupções de trânsito na fronteira entre Uruguai e Argentina, em virtude de bloqueios feitos por manifestantes argentinos contrários à construção das usinas de produção de celulose em território uruguaio.

De acordo com os manifestantes, as usinas poderão causar danos ao meio ambiente na Argentina. O vice-presidente brasileiro do Parlamento do Mercosul, deputado Dr. Rosinha, pediu que o tema seja debatido inicialmente nas comissões de Meio Ambiente e de Infra-Estrutura para que somente depois, com relatórios das duas comissões, o assunto seja examinado em Plenário.

A proposta recebeu apenas 23 votos dos 60 parlamentares presentes. Para que o tema entrasse em pauta, seriam necessários pelo menos 31 votos.

Parlamento do Mercosul terá em 2008 orçamento de US\$ 1 milhão

O Parlamento do Mercosul deverá dispor de uma dotação de US\$ 1 milhão para o seu funcionamento em 2008, o equivalente a cerca de R\$ 1,95 milhão. Desse total, o Brasil cederá o equivalente a US\$ 250 mil, mesma quantia prevista para cada um dos outros três integrantes plenos do bloco – Argentina, Paraguai e Uruguai. Caso seja aprovada a adesão da Venezuela, o país contribuirá com outros US\$ 250 mil.

O orçamento para o próximo ano foi aprovado por unanimidade ontem à quinta sessão ordinária do órgão. Também foi aprovada a Recomendação 1/07, por meio da qual se solicita ao Conselho do Mercado Comum que remeta aos Estados-partes o orçamento, a fim de que estes “tomem as medidas necessárias à realização do aporte correspondente”.

Os números do orçamento já haviam sido apresentados pelo vice-presidente brasileiro do Parlamento, deputado Dr. Rosinha (PT-PR), durante café da manhã de trabalho da delegação nacional com o embaixador brasileiro Regis Arslanian, representante permanente junto ao Mercosul e à Associação Latino-Americana de Integração (Aladi).

Dr. Rosinha informou ainda que a dotação brasileira já consta do projeto de lei do Orçamento da União para 2008. Basta apenas que o Congresso a aprove. Os recursos serão administrados, como lembrou o deputado, pelo Ministério das Relações Exteriores. Com os recursos previstos, serão contratados 32 funcionários pelo Parlamento no ano que vem.

Presente ao encontro, o senador Sérgio Zambiasi (PTB-RS) recordou que, durante as primeiras

reuniões a respeito da estrutura do novo órgão, parlamentares de outros países sugeriram a contratação de até 300 servidores.

– Insistimos desde cedo que o Parlamento do Mercosul deveria ser transparente, austero e enxuto. Não permitiríamos que se imaginasse um cabide [de empregos] – disse Zambiasi, com o apoio de Geraldo Mesquita Júnior (PMDB-AC), presidente da Representação Brasileira na instituição.

Energia

Na mesma sessão, Inácio Arruda (PCdoB-CE) sugeriu que o seminário sobre integração energética do Mercosul – cuja proposta já havia sido aprovada – seja realizado em Santiago. Ele justificou a sugestão lembrando que o Chile é “um dos países que mais tem sofrido problemas de energia” na América do Sul.

Assimetrias são principal tema de discussão no bloco

As chamadas assimetrias entre os países do Mercosul tornaram-se o tema principal nos debates entre os integrantes do bloco, disse o embaixador Regis Arslanian, representante permanente junto ao bloco e à Associação Latino-Americana de Integração (Aladi), durante café da manhã de trabalho com os deputados e senadores que integram a delegação brasileira no Parlamento do Mercosul.

Na opinião do embaixador, a ênfase à discussão das desigualdades regionais pode ser considerada uma “grande conquista”, uma vez que começa a atrair simpatia para o bloco especialmente entre os integrantes menores, Paraguai e Uruguai.

Arslanian informou que a imprensa uruguaia recentemente deu grande espaço a uma reportagem sobre os benefícios para o país do início das operações do Fundo de Convergência Estrutural (Focem), criado justamente para reduzir as assimetrias do bloco.

Segundo o embaixador, uma das principais críticas feitas pelos governos do Paraguai e do Uruguai ao Brasil refere-se aos incentivos fiscais para o desenvolvimento regional brasileiro.

Durante recente reunião com representantes dos dois países, relatou Arslanian, o ministro das Relações Exteriores, Celso Amorim, defendeu a política de incentivos, argumentando que apenas três estados brasileiros – São Paulo, Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul, além do Distrito Federal – têm renda *per capita* superior à do Uruguai. E há dois estados, Maranhão e Piauí, prosseguiu, que possuem renda *per capita* inferior também à do Paraguai.

Espaço parlamentar da Unasul será tema de seminário

Os parlamentos do Mercosul e Andino poderão unir-se no processo de estabelecimento de um espaço parlamentar sul-americano. A possibilidade foi anunciada ontem pelo presidente do Parlamento do Mercosul, deputado uruguaio Roberto Conde.

O tema começará a ser discutido durante o seminário regional “Alternativas para um Parlamento da União Sul-Americana de Nações (Unasul)”, previsto para 5 de outubro na cidade de Cochabamba, na Bolívia.

Estarão presentes ao seminário representantes de 12 países, segundo convite do vice-presi-

dente da Bolívia, Álvaro García Linera.

Ao final de um encontro realizado em agosto, em Bogotá, Conde e o presidente do Parlamento Andino, Luis Fernando Duque, firmaram carta de intenção em que se comprometem a estimular a “plena implementação de um espaço parlamentar sul-americano”, que incluiria, além dos países-membros dos dois blocos, o Suriname e a Guiana.

Ainda de acordo com a carta de intenção, os dois presidentes se comprometem a apresentar, em janeiro de 2008 – durante a cúpula da Unasul marcada para

a cidade colombiana de Cartagena –, uma proposta de tratado constitutivo do Parlamento Sul-Americano.

Mudança no regimento

Também ontem, o Parlamento do Mercosul aprovou, em sessão especial, uma mudança no seu regimento interno com o objetivo de evitar que a retirada de uma delegação possa encerrar uma sessão do órgão.

A mudança vai permitir que prossigam os debates de uma sessão, mesmo que o quórum inicial para a realização dessa sessão tenha caído. Não serão permitidas, após a queda do quórum, apenas votações.

Para senadores, processo de integração dos países sul-americanos precisa se popularizar e seguir passos das nações da Europa

Mesquita Júnior quer levar debate sobre o Mercosul a todo o país

A legitimidade do Mercosul só será plena, na opinião do senador Geraldo Mesquita Júnior (PMDB-AC), quando a sociedade brasileira tiver maior conhecimento do processo de integração com os países vizinhos. Eleito recentemente presidente da Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul, ele pretende estimular o debate sobre o tema em todo o país.

Em entrevista à Agência Senado, o senador lembrou que em 2010 os eleitores brasileiros escolherão pelo voto direto, pela primeira vez, os seus representantes no Parlamento do Mercosul, que tem sede em Montevidéu.

O que a Representação Brasileira pode fazer para ajudar a consolidar o Mercosul?

A criação da Representação Brasileira significa primeiro a simplificação do processo de tramitação de matérias de interesse do Brasil no âmbito do Mercosul. Antes, essas matérias tramitavam em diversas comissões e agora tramitarão ordinariamente na nossa comissão e, excepcionalmente, em outras. Isso já facilita muito o processo. Vejo o Parlamento do Mercosul como um instrumento importante de aprofundamento do processo de integração e acredito que ele pode dar uma contribuição expressiva nesse processo, hoje ainda muito focado na questão econômica.

De que forma pode ser feita essa abertura?

O parlamento terá mecanismos de consulta popular, como audiências públicas, em que vários temas serão debatidos. Ele pode se transformar em uma caixa de ressonância das sociedades dos países envolvidos e dar um foco mais intenso às questões políticas e sociais, sem desprezar o conteúdo econômico.

O que pode ser feito, no Brasil, para se ampliar o debate a respeito do processo de integração?

Boa parte da população brasileira tem conhecimento do Mercosul, até porque vive o problema da integração. Recentemente, por exemplo, o Conselho do Mercosul aprovou uma majoração de tarifa para importação de calçados. Essa importação tem um impacto enorme em determinadas regiões, como o Vale dos Sinos,

no Rio Grande do Sul, onde indústrias estavam quebrando e milhares de empregados sendo demitidos em virtude de uma concorrência desleal. Em outros países, existe o mesmo problema. Então, boa parte dos brasileiros tem conhecimento do Mercosul, mas a grande maioria não tem. Entendo que, a médio e longo prazos, o Mercosul só se sustenta, do ponto de vista do Brasil, se a população brasileira como um todo tomar conhecimento do que ele significa.

Como se chegar a essa situação?

Nós precisamos botar o pé na estrada, conversar com empresários, com trabalhadores, com a sociedade organizada, a academia. Tenho também provocado meus colegas sobre esse tema. Em 2010, por exemplo, o Brasil vai eleger deputados do Parlamento do Mercosul pelo voto direto. Como é que vai ser isso? No mundo de hoje, globalizado, blocalizado, sozinhos temos alguma chance? Creio que não.

Mas existem muitos críticos do Mercosul.

Deus me livre que as críticas deixem de existir, pois elas fazem com que a gente busque o aperfeiçoamento. Sempre existirão problemas de convivência e assimetrias. O importante é que haja determinação e vontade de ir superando as divergências e avançando no processo. Minha perspectiva é a da integração.

O senhor pretende, então, nacionalizar a discussão sobre o Mercosul?

Temos que espalhar esse assunto no Brasil. É preciso fazer com que os brasileiros conversem sobre o Mercosul como quem conversa sobre a CPMF. Você quando chega em qualquer botequim e fala da CPMF, o pessoal, mal ou bem, sabe do que se trata.

Na sua opinião, sem a popularização do debate não há consolidação do Mercosul?

Está faltando um pouco de legitimidade ao Mercosul. O surgimento do parlamento empresta alguma legitimidade ao processo. A burocracia do Mercosul tem certa legitimidade, mas a legitimidade só será plena quando o povo brasileiro compreender o que está se passando.



Parlamentares aprovam debate proposto por Mercadante sobre a integração regional

Mercadante: bloco deve buscar exemplo da União Européia

O Mercosul deve buscar inspiração no exemplo da União Européia, para aprofundar a integração regional e obter lugar de destaque no cenário internacional, conforme sugeriu ontem o senador Aloizio Mercadante (PT-SP). No primeiro grande debate promovido pelo Parlamento do Mercosul, em Montevidéu, Mercadante pediu que sejam deixadas de lado, no momento, as questões que dividem os integrantes do bloco econômico e que se dê prioridade à construção de um projeto comum de desenvolvimento.

Os países europeus, afirmou o senador, souberam perceber que, depois de duas grandes guerras, somente unidos eles teriam um papel relevante na ordem econômica que se construía no período seguinte à 2ª Guerra Mundial. O processo de integração das últimas décadas, disse, permitiu à Europa ter hoje em sua agenda a criação de uma Constituição comum, além da discussão da integração nas áreas tributária e previdenciária e do desenvolvimento de programas científicos e tecnológicos conjuntos.

– Nós vivemos em uma região mais pobre e, ou nos unificamos e nos integramos, pensando além de nossas pequenas identidades políticas e ideológicas, ou não teremos um lugar importante na ordem econômica, política e social internacional. A integração tem que ir além dos governos – sustentou Mercadante.

O senador propôs a discussão, no Parlamento, de temas como a ampliação do Fundo de Convergência Estrutural do Mercosul (Focem) e a construção de redes integradas de fibras óticas que permitam a conexão de todas as escolas do bloco à internet por banda larga. Ele lembrou que Portugal – um dos sócios mais pobres da União Européia – já tem 100% de suas escolas conectadas à rede mundial de computadores.

O pronunciamento de Mercadante ocorreu depois que se aprovou em Plenário uma proposta de sua autoria – por 41 votos, entre os 60 presentes – para que o primeiro tema a ser debatido pelo Parlamento do Mercosul fosse a atual situação da integração regional.

Dornelles apóia reivindicações da CNC e da CNI

O senador Francisco Dornelles (PP-RJ) manifestou seu apoio a ofício encaminhado pelas confederações nacionais do Comércio (CNC) e da Indústria (CNI) ao ministro da Fazenda, Guido Mantega, pedindo a revogação ou flexibilização de parte da portaria que alterou as regras do Conselho de Contribuintes.

A CNC e a CNI não concordam com o impedimento aos conselheiros indicados pelos contribuintes de participar de julgamento de processos nos quais tenham interesse econômico ou financeiro direto ou indireto, ou naqueles em que figurem como representante ou mandatário em ação judicial que discuta a mesma matéria objeto do recurso em julgamento.

– A consequência dessa restrição é que o conselho está paralisado. Parou em virtude de as restrições impostas pelo regimento aos conselheiros, representantes dos contribuintes, serem amplas e pouco definidas – explicou Francisco Dornelles.

Outra alteração no Conselho de Contribuintes que, na avaliação de Dornelles, deve ser repensada, é a regra que limitou a duas vezes a recondução dos auditores fiscais para aquele colegiado. Na prática, o auditor terá que se desligar do conselho no máximo após cumprir um período de seis anos. O parlamentar afirmou que a medida obrigará auditores no auge da carreira a se aposentarem.

O pronunciamento de Dornelles recebeu apoio de Romeu Tuma (DEM-SP) e Magno Malta (PR-ES). Tuma defendeu o direito de o auditor que estiver desenvolvendo um bom trabalho ser reconduzido quantas vezes for do interesse público. Já Magno Malta observou que, se Dornelles preparar um documento propondo as alterações, todos os senadores assinarão. O senador pelo Rio de Janeiro respondeu que acatará a sugestão se o governo não atender ao pleito da CNI e da CNC.



Dornelles quer flexibilizar mudanças nas regras do Conselho de Contribuintes

Gerardo Magela



Paim comemora salário mínimo de R\$ 407 previsto no projeto do Orçamento de 2008

Paim quer política de reajuste dos benefícios de aposentados e pensionistas

Paulo Paim (PT-RS) – saudou a perspectiva de um salário mínimo de R\$ 407, conforme prevê o projeto do Orçamento de 2008, mas cobrou das autoridades uma política permanente de reajuste dos benefícios pagos a aposentados e pensionistas. O projeto foi entregue na sexta-feira ao presidente do Senado.

– Como fica a vida dos cerca de 27 milhões de aposentados e pensionistas? É fundamental que os aposentados e pensionistas recebam pelo menos o mesmo percentual de reajuste que é dado ao mínimo. Se analisarmos somente os últimos dez anos, veremos que a perda que tiveram os aposentados em relação ao

número de salários mínimos recebidos já ultrapassa 70%. Quem se aposentou com cinco [salários mínimos] está ganhando três ou dois. E quem se aposentou com dois está ganhando um.

Paim citou estudo do diretor do Instituto de Economia da UFRJ, João Sabóia, segundo o qual, nos últimos dez anos, o salário

mínimo obteve um ganho real (acima da inflação) equivalente a mais ou menos 45%.

– O professor diz que isso contribuiu para mais da metade da redução da desigualdade registrada no mesmo período. Ele prova cabalmente que o salário mínimo é o principal instrumento de distribuição de renda no país.

Mão Santa cobra recursos para o combate à seca

Em pronunciamento no Plenário, Mão Santa (PMDB-PI) cobrou do ministro da Integração Nacional, Geddel Vieira Lima, o repasse de R\$ 2 milhões para o combate à seca no Piauí. Segundo o senador, o anúncio da liberação da verba foi feito há mais de dois meses pelo presidente Lula.

Mão Santa lembrou que uma porção de 40% do território do Piauí faz parte do semi-árido e sofre com a seca. Para reforçar o seu pedido de auxílio ao governo federal, citou as Sagradas Escrituras, em que há várias menções à necessidade de dar água a quem tem sede e alimento a quem tem fome.

– Isso é elementar, mas o governo do Luiz Inácio não faz nada nesse sentido – acusou.

O parlamentar também conclamou o presidente do Senado, Renan Calheiros, a submeter à votação do Congresso Nacional alguns vetos presidenciais a matérias aprovadas pelo Legislativo, a exemplo do reajuste de 16,7% para os aposentados, vetado pelo presidente da República.

Em seu discurso, Mão Santa também condenou proposta apresentada durante o 3º Congresso Nacional do PT pelo presidente nacional do partido, Ricardo Berzoini, que defendeu a adoção no Brasil de um sistema legislativo unicameral, com a preservação da Câmara dos Deputados e a extinção do Senado Federal.

Gerardo Magela



Mão Santa critica proposta de extinção do Senado, feita pelo presidente do PT

Jucá anuncia suspensão de norma que restringe pesca com rede

Instrução normativa que disciplina uso de emalhe será suspensa por 120 dias e debatida por um grupo de trabalho, buscando acordo entre Ibama e pequenos pescadores

O líder do governo, Romero Jucá (PMDB-RR), comunicou a suspensão por 120 dias da instrução normativa do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), que disciplina a pesca de emalhe – modalidade de pesca que utiliza redes presas com flutuadores e pesos. Segundo o senador, a medida (IN 166/07) vinha sendo criticada por pequenos pescadores por trazer “graves transtornos ao setor”.

A instrução limita, por exemplo, a altura das redes de emalhe de superfície e de fundo, com vistas a proteger as populações marítimas ameaçadas de extinção. Também determina que sejam definidas as áreas e os períodos de restrição para a atividade.

De acordo com o senador, será constituído um grupo de trabalho com representantes do setor produtivo da pesca de emalhe industrial, artesanal e dos

Gerardo Magela



Jucá: buscaremos uma solução que não prejudique o setor nem o meio ambiente

trabalhadores, com o objetivo de debater e acordar as medidas necessárias ao ordenamento da atividade, bem como à proteção do meio ambiente. Após o período de 120 dias durante o qual o efeito da instrução estará suspenso, ficará limitada a concessão de novas permissões para atuação da pesca de emalhar de superfície e de fundo.

– Tentaremos construir uma

solução, a exemplo do que fizemos com os pescadores de lagosta – anunciou Jucá.

O líder do governo informou ainda que o Ibama revogou dois artigos da IN 166/07 – conforme foi pleiteado pelo Conselho Nacional de Agricultura e Pesca (Conepe). Um deles, o artigo 6º, estabelecia que “as embarcações permissionadas com comprimento total igual ou superior a 15 metros deverão levar, em 30% de todas as viagens, um observador de bordo devidamente treinado para a coleta de informações referentes à operação de pesca e captura de espécies-alvo”. O outro artigo revogado, o 7º, determinava que “as embarcações da pesca industrial com rede de emalhar de superfície terão um prazo máximo de dois anos para mudar oficialmente de modalidade de pesca, sendo que após esse período o uso desse petrecho não mais será permitido”.

Mário Couto critica medida que prejudica pescadores artesanais

A atitude do líder do governo no Senado, Romero Jucá, que anunciou a suspensão por 120 dias da medida do Ibama que disciplina a pesca de emalhe, foi elogiada por Mário Couto (PSDB-PA). O senador paraense acusou o governo de irresponsabilidade, por causa da edição da Instrução Normativa 166/07. Segundo Mário Couto, a medida prejudica os pescadores artesanais, tornando-os “mais miseráveis do que já estão”.

– O senador Jucá foi coerente ao dizer aos pescadores que estão livres das garras daqueles que nem conhecem o que é a pesca artesanal e que, trancados em seus

gabinetes, tomam decisões que podem levar o cidadão a passar fome – destacou.

Açaí

Mário Couto também comentou a notícia de que o açaí está causando doença de Chagas. A crise, disse o senador, pode causar o fim de 125 mil empregos no Pará, o maior produtor do país. Ele pediu que o governo não permita que “boatos como esse se espalhem”.

– No interior, nas vilas que não têm condições, quando a própria família bate o açaí numa bacia de barro e amassa, ele pode estar contaminado, porque não teve higiene. Mas para a exportação

Moreira Mariz



Mário Couto afirma que polpa de açaí para exportação não transmite Chagas

é obrigatório o congelamento da polpa. Se não congelar o açaí, ele azeda em menos de 24 horas. Então, o risco de contaminação na exportação é eliminado completamente, é zero – garantiu.

Ele disse ainda que as ocorrências de dengue estão aumentando no Pará e pediu providências.

Gerardo Magela



Garibaldi diz que seu estado vai cobrar os projetos anunciados pelo BNDES e Petrobras

Garibaldi: Rio Grande do Norte terá usina de biodiesel

O Rio Grande do Norte contará com uma usina para produção de 50 mil metros cúbicos de biodiesel por ano. Segundo Garibaldi Alves (PMDB-RN), a informação foi anunciada ontem pelo diretor de Abastecimento da Petrobras, Paulo Roberto Costa, em um encontro, em Natal, com dirigentes e empresários do estado.

Além disso, a Petrobras pretende investir cerca de R\$ 5 bilhões no estado nos próximos anos, para aumentar a produção de petróleo. No encontro, Paulo Roberto informou ainda, de acordo com o senador, que a empresa irá avaliar a instalação, no estado, de uma planta para produção de insumos destinados à indústria petroquímica.

Já o gerente do Departamento de Transporte e Logística do Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), Carlos Tovar, informou na mesma reunião que o banco pretende fazer estudos técnicos sobre a possibilidade de transformar o futuro aeroporto de São Gonçalo do Amarante em centro receptor e distribuidor de passageiros e cargas dos Estados Unidos, Europa e África.

– As informações do BNDES e da Petrobras renovam as esperanças das autoridades e da população do Rio Grande do Norte, depois da expectativa frustrada sobre o pólo petroquímico, que, no final, será construído em Pernambuco. Agora, vamos acreditar de novo, mas vamos cobrar muito mais – disse o parlamentar.